



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 208/11

Dispõe sobre a regulamentação e autorização na realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "*Mixed Martial Arts*", no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º A realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "*Mixed Martial Arts*" obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Poderão realizar os eventos de que trata esta Lei pessoas jurídicas que explorem estabelecimentos comerciais ou particulares.

Parágrafo único. Na hipótese de pessoa jurídica, será considerado responsável pelo evento seu presidente, diretor ou gerente.

Art. 3º Os interessados em realizar os eventos de que trata esta Lei deverão solicitar a respectiva autorização à Secretaria de Estado da Segurança Pública, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias úteis, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) contrato social e suas alterações;
- b) CNPJ emitido pela Receita Federal;
- c) comprovante de tratamento acústico nas hipóteses do evento ser realizado em ambiente fechado;
- d) Atestado de Responsabilidade Técnica – ART, das instalações de infraestrutura do evento, expedido pela autoridade municipal local;
- e) contrato da empresa de segurança autorizada a funcionar pela Polícia Federal, encarregada pela segurança interna do evento;
- f) comprovante de instalação de detectores de metal;

g) comprovante de previsão de atendimento médico de emergência com, no mínimo, um médico socorrista, um enfermeiro e um técnico de enfermagem;

h) nada opor da Delegacia Policial, do Batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, todos da área do evento, e do Juizado de Menores da respectiva Comarca.

Parágrafo único. O pedido de autorização para a realização do evento deverá informar:

- I – expectativa de público;
- II – em caso de venda de ingressos, o número colocado à disposição;
- III – nome do responsável pelo evento;
- IV – área para estacionamento, de maneira a não atrapalhar o trânsito das vias públicas, bem como a sua capacidade;
- V – previsão de horário de início e término.

Art. 4º A autoridade responsável pela concessão da autorização poderá limitar o horário de duração do evento, de forma a não perturbar o sossego público, podendo ser revisto a pedido do interessado ou para a preservação da ordem pública.

Parágrafo único. Na autorização deverá constar, obrigatoriamente, o horário de início e término do evento.

Art. 5º O local de realização do evento deverá dispor de banheiros para o público presente, na proporção de um banheiro masculino e um feminino para cada grupo de 80 (oitenta) participantes, podendo ser utilizados banheiros químicos.

Parágrafo único. O evento deverá dispor de banheiros adaptados para pessoas portadoras de deficiência física ou mobilidade reduzida.

Art. 6º A regulamentação da presente Lei disporá sobre o órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública responsável pela fiscalização e autuação nos casos de descumprimento dos preceitos desta Lei.

Parágrafo único. O órgão de fiscalização deverá cumprir o disposto nesta Lei e adotar as providências necessárias para inibir a prática de qualquer infração penal durante a realização do evento.

Art. 7º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis;

- I – suspensão do evento;
- II – interdição do local do evento;
- III – multa no valor de 10.000 UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

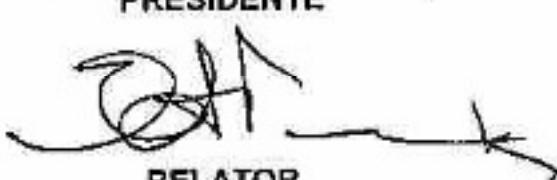
Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a natureza e gravidade da infração.

Art. 8º Os eventos objeto da presente Lei deverão ter seu alvará de autorização vinculado a uma entidade esportiva devidamente regulamentada, tais como Federações, Associações, Ligas, Clubes e assemelhados.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.


ALEXANDRE CURY
PRESIDENTE


RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 343/11

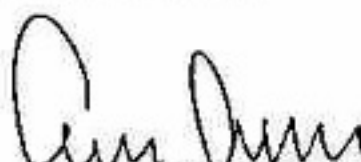
Fica autorizada a construção de
Central Geradora Hidrelétrica (CGH)
no Município de Palmeira.

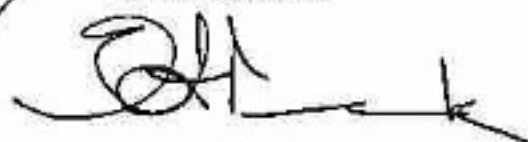
Art. 1º Fica autorizada a construção de Central Geradora Hidrelétrica (CGH) no Rio do Salto, Município de Palmeira.

Art. 2º A construção da Central especificada no art. 1º desta Lei está condicionada ao cumprimento das normas ambientais, emanadas do órgão ambiental estadual, em conformidade com a legislação que rege a matéria.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 562/11

Declara de Utilidade Pública a
Federação Paranaense de
Taekwondo – FDTKD, com sede e
foro no Município de Londrina.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Federação Paranaense de *Taekwondo* - FDTKD, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e amplos.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita do Relator.
RELATOR

Assinatura manuscrita em tinta preta, com traços fluidos e amplos.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 637/11

Declara de Utilidade Pública a Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas - ACAFAN, com sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia.

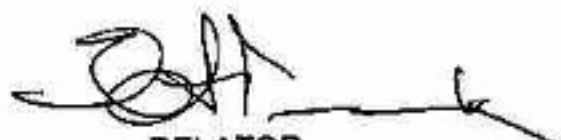
Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cafelandense de Apoio às Famílias Necessitadas - ACAFAN, com sede no Município de Cafelândia e foro no Município de Corbélia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 756/11

Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia do Movimento Tradicionalista das Raízes Gaúchas no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro.

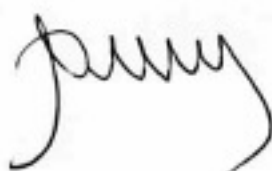
Art. 1º Fica incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o "Dia do Movimento Tradicionalista das Raízes Gaúchas no Estado do Paraná", a ser comemorado anualmente no dia 20 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 977/11

Declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Camilo, com sede e foro no Município de São Paulo – SP e representação no Município de Ponta Grossa PR.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Camilo, com sede e foro no Município de São Paulo – SP e representação no Município de Ponta Grossa - PR.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Resolução nº 007/12

Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de fevereiro de 2012.

Art. 1º Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de fevereiro de 2012.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR







ANTEPROJETO DE LEI N.º 119/2012

Súmula: Institui o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o Biocrédito, e dá outras providências.

Art. 1.º Fica instituído o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA, visando realizar pagamentos como incentivo monetário para proprietários e posseiros de imóveis que possuam áreas naturais preservadas que prestem serviços à conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos no Estado do Paraná.

Art. 2.º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I – serviços ambientais: as funções prestadas pelos ecossistemas naturais conservados, imprescindíveis para a manutenção das condições ambientais adequadas à sadia qualidade de vida, funções estas que podem ser restabelecidas, recuperadas, restauradas, mantidas e melhoradas pelos proprietários ou posseiros;

II – pagamento por serviços ambientais: a transação contratual através da qual o beneficiário ou usuário do serviço ambiental transfere a um provedor de serviços ambientais os recursos financeiros ou outras formas de remuneração, nas condições pactuadas, respeitadas as disposições legais e regulamentares pertinentes;

III – pagador de serviços ambientais: a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que se encontrar na condição de beneficiário ou usuário de serviços ambientais, em nome próprio ou de uma coletividade;

IV – provedor de serviços ambientais: todo o proprietário ou posseiro, pessoa física ou jurídica, que, preenchidos os critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, mantém, restabelece, recupera, restaura ou melhora ecossistemas naturais que prestam serviços ambientais.

Art. 3.º O Pagamento por Serviços Ambientais – PSA – relativo à Conservação da Biodiversidade será implementado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, integrando o Programa Bioclima Paraná.



Parágrafo único. O Programa Bioclima Paraná tem por objetivo estabelecer estratégias, incentivos e mecanismos para a conservação, restauração, recuperação e melhoria da qualidade da biodiversidade, visando à manutenção de serviços ecossistêmicos, à preservação e à restauração de processos ecológicos essenciais, ao manejo sustentável das espécies, incluindo ações de mitigação e adaptação às alterações decorrentes das mudanças climáticas, buscando assegurar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, de forma a garantir a melhoria da qualidade de vida.

Art. 4.º A implementação do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA – pela SEMA dar-se-á nas modalidades seguintes:

- I – Biodiversidade;
- II – Unidades de Conservação;
- III – Recuperação da Vegetação Nativa, Captura, Fixação e Estoque de Carbono;
- IV – Conservação de Recursos Hídricos.

Art. 5.º Só poderão pleitear os benefícios do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA os proprietários e posseiros de imóveis rurais que mantenham as áreas de preservação permanente e as de reserva legal devidamente conservadas e averbadas na Matrícula do imóvel, devidamente inscritas no SISLEG – Sistema Estadual de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, instituído pelo Decreto n.º 387, de 2 de março de 1999, com os critérios, normas, procedimentos e conceitos aprovados pelo Decreto Estadual n.º 3.320, de 12 de julho de 2004, observadas as demais normas aplicáveis.

Parágrafo único. Os proprietários e posseiros de imóveis localizados em áreas urbanas podem pleitear os benefícios do PSA, observadas as condições estabelecidas nessa Lei e em seu Regulamento, bem como as disposições do Plano Diretor Municipal respectivo.

Art. 6.º São requisitos gerais e imprescindíveis para a participação no Pagamento de Serviços Ambientais – PSA:

- I – enquadramento e habilitação numa das modalidades previstas nos incisos do artigo 4.º dessa Lei;
- II – certidões negativas de débitos ambientais;
- III – formalização de instrumento contratual específico.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Parágrafo único. Os requisitos específicos para a participação no Pagamento de Serviços Ambientais – PSA e as condições de implementação, monitoramento e avaliação serão definidas em Regulamento do Poder Executivo.

Art. 7.º São critérios de elegibilidade para a participação no Pagamento por Serviços Ambientais, na categoria de Provedor:

I – Conservação da Biodiversidade:

a) remanescentes de vegetação nativa excedentes às áreas de preservação permanente e de reserva legal, caracterizados como áreas naturais com vegetação primária ou secundária, em estágio médio ou avançado de sucessão vegetal, considerando-se prioritários os imóveis situados em Áreas Estratégicas para a Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná, definidas pela SEMA;

b) excepcionalmente, vegetação nativa em áreas de preservação permanente e de reserva legal que se encontrem em estágio inicial de sucessão ou recuperação poderão ser elegíveis, desde que possuam potencial de conectividade com outros fragmentos de áreas naturais, inseridas nas Áreas Estratégicas para a Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná, definidas pela SEMA e, no caso de áreas em recuperação, mediante a formalização de compromisso, escalonando-se o pagamento de acordo com a sua qualidade ambiental.

II – Unidades de Conservação do Grupo de Proteção Integral e áreas inseridas em Unidades de Conservação do Grupo de Uso Sustentável, de acordo com a sua qualidade ambiental, sendo consideradas como prioritárias as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

III – Recuperação de florestas e outras formas de vegetação nativa, com ênfase na formação de corredores ecológicos, ampliação da cobertura vegetal natural, em especial nas áreas degradadas e na captura, fixação e permanência de carbono.

IV – Conservação de Recursos Hídricos, comportando os remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa que configurem ações incrementais às previstas nas normas legais e regulamentares, observado o inciso I deste Artigo, que representem serviços ambientais de conservação da qualidade da água e incremento da disponibilidade hídrica em mananciais de abastecimento público.

Art. 8.º Fica instituído o Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais – CPSA como um dos mecanismos do PSA.

Parágrafo único. O Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais – CPSA será de domínio público, coordenado pela SEMA e por suas vinculadas, e poderá ser operado por entidades do terceiro setor, sem fins lucrativos, por instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, em parceria ou individualmente, respeitadas as normas legais e regulamentares.

Art. 9.º Os critérios para estabelecer o valor do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA serão quali-quantitativos, baseados no tamanho do imóvel e da área de cobertura vegetal nativa conservada, na qualidade biótica do remanescente preservado e na região fitogeográfica onde estiver inserido, conforme dispuser o Regulamento desta Lei.

Parágrafo único. O Pagamento por Serviços Ambientais – PSA será imediatamente suspenso se o beneficiário descumprir quaisquer das cláusulas do documento firmado e na hipótese de cometimento de dano ambiental ou atos lesivos ao meio ambiente.

Art. 10. Os procedimentos técnicos e legais para a qualificação dos imóveis habilitados a participar do PSA, por participação voluntária do proprietário ou posseiro, bem como a operacionalização do Cadastro do PSA serão estabelecidos em Regulamento do Poder Executivo.

Art. 11. Fica denominado BIOCRÉDITO o conjunto dos recursos financeiros, públicos e privados, destinados à implementação da Política Estadual da Biodiversidade e da Política Estadual sobre a Mudança do Clima, constituindo um dos seus mecanismos o Pagamento por Serviços Ambientais – PSA.

§ 1.º O Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/PR manterão contas específicas para operar com os recursos públicos destinados ao BIOCRÉDITO, observados os critérios estabelecidos nesta Lei e em seu Regulamento.

§ 2.º O BIOCRÉDITO contará com outras alternativas de incentivo às Políticas Estaduais de Conservação da Biodiversidade e sobre Mudanças do Clima, dentre as quais o apoio à constituição de fundos privados e às certificações da biodiversidade, destinadas em especial aos recursos oriundos da iniciativa privada e do terceiro setor, inclusive os do mercado de carbono, atendidas as disposições desta Lei e do seu Regulamento.

Art. 12. O Regulamento da presente Lei definirá as prioridades da aplicação dos recursos do BIOCRÉDITO, atendendo às regiões fitogeográficas mais ameaçadas, obedecendo à seguinte ordem:

I – imóveis inseridos na Floresta Ombrófila Mista e ecossistemas associados, em especial o campo nativo;

II – imóveis inseridos no Cerrado;



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

III – imóveis inseridos na Floresta Estacional Semidecidual;

IV – imóveis inseridos na Floresta Ombrófila Densa.

§ 1.º As áreas úmidas, onde quer que se localizem, são consideradas prioritárias.

§ 2.º O mapeamento das Áreas Estratégicas para a Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná deverá ser atualizado a cada 2 (dois) anos e servirá como base para o Regulamento desta Lei.

Art. 13. A adesão dos Municípios ao Programa Bioclima Paraná será formalizada através de convênio com o Governo Estadual, através da SEMA, com destaque para o compromisso de monitorar as áreas cadastradas para recebimento de PSA em seus territórios, incentivando e promovendo a conservação dos ambientes naturais.

Parágrafo único. Os imóveis candidatos ao recebimento do PSA, quando inseridos em Município que tiver aderido ao Programa Bioclima Paraná, receberão atendimento preferencial.

Art. 14. Fica acrescido o § 3.º ao artigo 2.º da Lei n.º 12.945, de 5 de setembro de 2000, com a seguinte redação:

“Art. 2.º (...)

§ 3.º – O Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA manterá conta específica destinada ao BIOCRÉDITO, composta pelos seguintes recursos públicos:

I – dotações orçamentárias e demais recursos oriundos de receitas públicas;

II – transferências, doações, legados e congêneres, realizadas por entidades nacionais e agências bilaterais ou multilaterais de cooperação internacional ou, conforme dispuser o Regulamento, de quaisquer outras pessoas físicas e jurídicas;

III – rendimentos que venham a auferir como remuneração decorrente de aplicação financeira;

IV – recursos decorrentes de acordos, convênios, parcerias, ajustes e contratos firmados com órgãos públicos e entidades privadas e do terceiro setor, nacionais, estrangeiras ou internacionais e agências de cooperação internacional, bilaterais ou multilaterais;

V – créditos de carbono do mercado regulado ou do mercado voluntário;

VI – recursos decorrentes da cobrança de inscrição no Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

VII – recursos oriundos de fundos destinados à conservação da biodiversidade, da sadia qualidade de vida, da sustentabilidade e dos recursos naturais e de mudanças climáticas;

VIII – recursos decorrentes da utilização com fins econômicos dos recursos naturais, com base no princípio do usuário-pagador, a ser fixado em todos os procedimentos de licenciamento ambiental, inclusive naqueles onde não for exigido estudo prévio de impacto ambiental;

IX – recursos decorrentes do controle da poluição veicular;

X – quaisquer outras fontes de recursos relacionados à conservação da biodiversidade, mudanças climáticas, recursos hídricos e utilização dos recursos naturais, inclusive de compensações ambientais que não tenham destinação específica prevista em Lei."

Art. 15. Fica acrescido o § 10 ao artigo 22 da Lei n.º 12.726, de 26 de novembro de 1.999, com a seguinte redação:

"Art. 22 – (...)

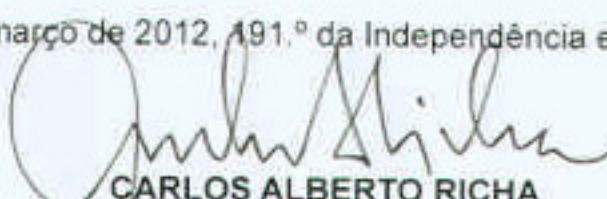
§ 10 Os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI/PR, além da finalidade prevista no *caput* deste artigo, poderão ser utilizados para Pagamento de Serviços Ambientais – PSA relacionados à conservação dos recursos hídricos, conforme regulamentação a ser expedida."

Art. 16. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA apresentará proposta de Regulamento da presente Lei ao Chefe do Poder Executivo em 90 (noventa) dias, assim como editará as normas complementares para o efetivo cumprimento da Lei e do Regulamento, se necessárias.

Art. 17. Na implantação da presente Lei haverá observância aos arts. 14 a 17 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 18. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 13 de março de 2012, 191.º da Independência e 124.º da República.



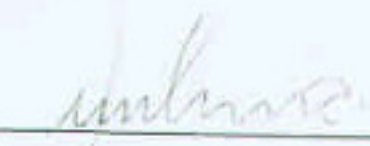
CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Lei Complementar nº 101/2000.

Em conformidade com o artigo 16, item I, da Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, informamos que o impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, dependerão de definições e regulamentações da formalização do presente anteprojeto de Lei, a serem definidas por normas complementares, que comporão a carteira (recursos financeiro) do PSA – Pagamento por Serviços Ambientais, definidos no artigo 11 do presente anteprojeto, sendo caracterizado como recursos de outras fontes, e a despesa será efetuada somente com os recursos arrecadados definidos, não onerando o Tesouro Geral do Estado.

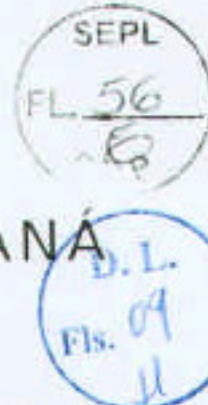
DECLARAÇÃO DE PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA.

Declaro, sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 de 04 de maio de 2000, que as receitas e consequentes despesas, do presente anteprojeto de lei, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual para o presente exercício, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.


João Carlos Diana
Diretor Geral



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ



n413

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO Nº 215/2012

INTERESSADO: Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA.

ASSUNTO: Minuta de anteprojeto de lei que institui o Pagamento por Serviços Ambientais de Conservação da Biodiversidade e Biocrédito.

PROTOCOLO: nº 11.185.048-8

Informamos que, de acordo com documento do Diretor Geral da SEMA, João Carlos Diana, à página 53 do presente protocolo, o anteprojeto de lei de que trata este pleito passará por posteriores definições e regulamentação que influenciarão o impacto orçamentário do mesmo.

Cabe ressaltar também que, de acordo com mesma informação, este anteprojeto não onera o Tesouro Geral do Estado, por utilizar somente os recursos provenientes da implementação da própria lei.

É a informação.

Curitiba, em 08 de março de 2012.

ROGI LAÉRCIO RUSCH
Assessor Técnico

Visto, 08/03/2012

Encaminhe-se a Coordenadora da COP/SEPL

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Chefe da Divisão de Economia e Infraestrutura

De acordo, 08/03/2012.

Encaminhe-se à DG/SEPL

ELIZABETH CRISTINA DE AZEVEDO
Coordenadora da COP/SEPL



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 13 de março de 2012
OF CEE/G 052/12



I – À DAP para leitura no expediente
II – À D L para providências.

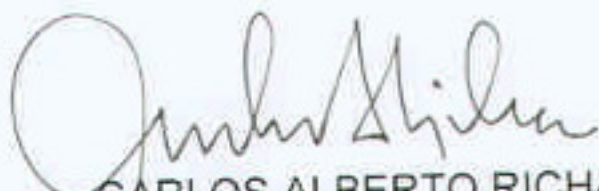
Em, 27/03/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 05/2012, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispor sobre o Biocrédito.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM N.º 05/2012

Curitiba, 13 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Casa de Leis, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva instituir o Pagamento por Serviços Ambientais, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispor sobre o Biocrédito.

O Anteprojeto de Lei proposto está em consonância com o que de mais moderno a legislação brasileira contempla, inclusive com os desdobramentos nacionais da Convenção Internacional da Diversidade Biológica, assinada em 1992, no Rio de Janeiro, e a Lei da Mata Atlântica, em vigor desde dezembro de 2006, dentre outras normas, considerando:

- 1) os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil ao assinar a Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, em 1992, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 2, de 3 de fevereiro de 1994 e promulgada pelo Decreto Federal n.º 2.519, de 16 de março de 1998;
- 2) as disposições do art. 23, incisos III e VII; do art. 24, incisos VI e VII e art. 225, § 1.º, incisos I, III e VII, todos da Constituição brasileira de 1988;
- 3) a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, observados os princípios e diretrizes estabelecidos no Decreto Federal n.º 4.339, de 22 de agosto de 2002 e normas decorrentes;

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR
Inplicit prot. n.º 11.185.048-8



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

4) o dever do Estado de incentivar atividades privadas de conservação ambiental, conforme disposto no art. 207, § 1.º, inciso XVIII, da Constituição do Paraná de 1989;

5) o art. 103 da Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que institui a Política Agrícola, prevendo, dentre outras disposições, que o Poder Público, através dos órgãos competentes, concederá incentivos especiais ao proprietário rural que preservar e conservar a cobertura florestal nativa existente na propriedade; recuperar com espécies nativas ou ecologicamente adaptadas as áreas já devastadas de sua propriedade; sofrer limitação ou restrição no uso de recursos naturais existentes na sua propriedade, para fins de proteção dos ecossistemas, mediante ato do órgão competente, federal ou estadual;

6) as diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, instituído pela Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000 e regulamentado pelo Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002;

7) a Lei Federal da Mata Atlântica, de n.º 11.428, editada em 22 de dezembro de 2006, que trata da conservação, proteção, regeneração e utilização sustentável desse importante Patrimônio Nacional;

8) a Lei Estadual n.º 10.066, de 27 de julho de 1992 com as alterações posteriores, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA e o Instituto Ambiental do Paraná – IAP e o seu Regulamento, aprovado pelo Decreto n.º 1.502, de 4 de agosto de 1992, com alterações posteriores;

9) as disposições do Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Paraná, aprovadas pelo Decreto n.º 1.529, de 2 de outubro de 2007;

10) a necessidade de proteger emergencialmente os remanescentes de vegetação nativa, com especial ênfase aos que se encontram sob dominialidade privada;

11) a importância do reconhecimento aos produtores rurais que preservam e conservam os últimos remanescentes de vegetação nativa no Estado do Paraná;

12) que para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, em documento de 2009, o pagamento por serviços ambientais representa uma ligação entre o desenvolvimento da agricultura e a redução da pobreza, tendo em vista que essas mudanças podem fortalecer a qualidade dos recursos naturais manejados pelas populações locais e melhorar o meio ambiente local e global;



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

13) que o reconhecimento da gestão dos recursos naturais como importante pilar do desenvolvimento sustentável foi enfatizado com a adoção dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) das Nações Unidas, em 2000, e que os ODM visam implementar medidas para reduzir a pobreza nos países mais pobres do mundo até 2015 (SCHERL *et al.*, 2006, p. 18);

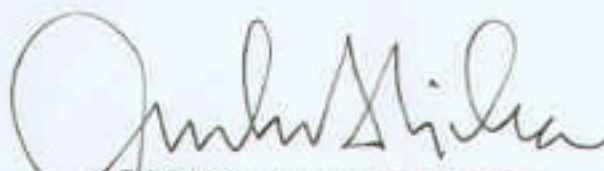
14) a necessidade do combate à pobreza e às desigualdades sociais, através da conservação da biodiversidade como instrumento de geração de trabalho e renda local, contribuindo para a emancipação do agente conservacionista, principal aliado ao processo educativo;

15) a situação crítica de ecossistemas como os campos naturais e da cobertura florestal paranaense, em especial as formações florestais com araucária;

16) a necessidade de se fomentar novos instrumentos, que possibilitem criar novas alternativas para a preservação de áreas naturais.

Dessa forma, insofismável que com a aprovação da presente proposta o Estado do Paraná contará com um instrumento moderno e de fácil aplicação para dar continuidade aos esforços públicos e privados de conservação da biodiversidade e proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, dando atendimento ao que propugnam as Constituições Federal e Estadual, pelo que se pede, respeitosamente, sua aprovação e encaminhamento e a determinação de cumprimento das demais providências de praxe.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 119/12

Projeto de Lei nº.119 /12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 05/12

Súmula: Institui o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o biocrédito, e da outra providências.

EMENTA: INSTITUI O PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS POR SERVIÇOS PRESTADOS PELA CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65 e 66 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. LEGAL. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo instituir o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispor sobre o biocrédito.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 22
U

Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito tributário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

(Grifos Nossos)

Ademais, em análise ao art. 66 da Constituição do Estado do Paraná, verifica-se a **competência privativa do Governador do Estado:**

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 23
C

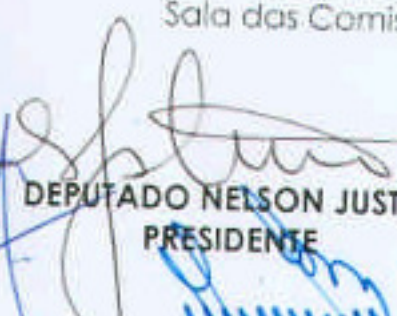
Para finalizar, devemos observar que o projeto de lei está de acordo com a que dispõe a Lei Complementar Federal nº. 101/00, vide declarações em anexo ao referido projeto.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 28 de março de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


Cesar S. Filho




REQUERIMENTO



Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei 125/2012, 119/2012 e 86/2012.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 125/2012, 119/2012 e 86/2012, todos de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 2012.


Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

Ata n.º 1
Juntada às
Proposições de
Legislação
2012
Maurício Borges



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 119/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 05/12, que institui o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrantes do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o Biocrédito, e dá outras providências.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Ademar Traiano e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

No que compete a esta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a implantação da proposta observará os preceitos contidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Observe-se que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com o art. 65, da Constituição Estadual, onde observa-se a competência privativa do Governador do Estado. Denota-se ainda, que no art. 13 da Carta Estadual, a competência do Estado é concorrentemente com a União sobre o proposto pelo presente projeto de lei.

De igual modo, percebe-se que no art. 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis, está assegurada ao Governador a iniciativa de projetos dessa natureza.

Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 31
C

Sala das Comissões

04/04/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

DL
Fls. 34
C

PARECER AO PROJETO DE LEI 119/12

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a se manifestar sobre o Projeto de Lei 119/12, oriundo da Mensagem 005/12, que institui o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrantes do Programa Bioclima Paraná bem como dispõe sobre o Biocrédito, passa a emitir seu parecer em conformidade com o que preceitua o art. 33-K do Regimento Interno.

O Anteprojeto de Lei proposto está em consonância com o que de mais moderno a legislação brasileira contempla, inclusive com os desdobramentos nacionais da Convenção Internacional da Diversidade Biológica, assinada em 1992, no Rio de Janeiro, e a Lei da Mata Atlântica, em vigor desde dezembro de 2006, dentre outras normas.

Fica assim clara a necessidade da aprovação da presente proposta pois a mesma será um moderno instrumento de fácil aplicação para dar continuidade aos esforços públicos e privados de conservação da biodiversidade e proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, dando atendimento ao que propugnam as Constituições Federal e Estadual.

Imperioso salientar ainda que o Projeto recompensa os agricultores responsáveis que asseguram nosso Estado como um grande produtor rural do Brasil, mas que desempenham papel fundamental na preservação do meio ambiente no território paranaense.

Observa-se, portanto, que o projeto tem grande interesse público. Sendo assim, esta comissão é **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei 119/12, podendo o mesmo prosseguir com a sua tramitação regimental.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2012.


Deputado Pedro Lupion
Relator


Khury


Moraes


Moraes


Moraes



1

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI
Nº 119/2012**

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 119/2012, tem por objetivo dar nova redação ao inciso II do artigo 6º, conforme redação que segue:

Art. 6º

.....

"II - certidões negativas de débitos ambientais, exceto em relação aqueles pendentes de decisão judicial."

.....

Sala das Sessões, 18 de abril de 2012.

Leandro Pereira
DEP. LEONIL PEREIRA
Plauto
DEP. PLAUZO
Lupion
DEP. LUPION
Astor Edson
DEP. ASTOR EDSON
Bernardo
DEP. BERNARDO
Atleida
DEP. ATLEIDA

Elcio Rosset
DEP. ELCIO
ROSSET



JUSTIFICATIVA

A presente emenda modificativa tem em conta que um dos principais objetivos da proposição, "pagamento por serviços ambientais", é estabelecer um incentivo para proprietários ou posseiros, pessoa física ou jurídica, visando promover a conservação, restauração, recuperação do meio ambiente, a melhoria da qualidade da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico sustentável, como forma de garantir a qualidade de vida da população em geral.

Entretanto, deixou o anteprojeto de considerar o número significativo de pessoas físicas e jurídicas com débitos inscritos em dívida ativa e pendentes de decisão judicial.

Da forma como apresentada, a nobre iniciativa do Poder Executivo não resultaria efetiva porque se frustraria ante a impossibilidade de alcance da sua finalidade, uma vez que os requisitos previstos no texto original da proposta, eliminariam uma parcela significativa do seu público alvo, restando prejudicado seu fim último.

EMENDA DE PLENÁRIO 02
DAP. 18/04/12
§



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

**EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 119/2012**

Fica acrescido o § 1º ao artigo 9, do Projeto de Lei 119/2012, com a seguinte redação:

"§ 1º A conservação de Floresta Ombrófila Mista ou puramente de algumas espécies arbóreas de araucária, poderá ser objeto para determinação do valor do Pagamento de Serviços Ambientais – PSA, devido a importância da conservação da espécie para o Estado."

Sala das Sessões em,

DEP. ELIO RUSSETT

DEP. CESAR
SILVESTRI PE

DEP. ROSE
LITRO

MARCELO RANGEL
Deputado Estadual

DEP. BERNARDO
CEREIJON

DEP. LUCIO DO VALE



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA DE PLENÁRIO Nº 03
DAR. 18/04/12 \$

Emenda Modificativa ao PL nº 119/2012

Súmula: Modifica a redação do
Parágrafo único do Art. 8º,
conforme especifica.

Art. 8º.

Parágrafo único. O Cadastro de Pagamento por Serviços Ambientais – CPSA, será de domínio público, coordenado pela SEMA e suas vinculadas, ficando facultada a parceria com entidades do Terceiro Setor, sem fins lucrativos, por instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, individualmente ou consorciadas, respeitadas as legislação e a regulamentação desta Lei.

Sala das Sessões,abril de 2012


(Dr. Batista)


LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL


(Wiviana)


DEP. ADMIRE
BIER.


(Elton)


(Edson Phaezik)



Emenda de ALVARIO Nº 04
DAP, 18/04/12 *plata*

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda ao Projeto de Lei 119/12

Emenda Aditiva ao parágrafo 3º, conforme descrito no artigo 14º, que trata do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA), com destinação ao Biocrédito.

Item XI – 1% (um por cento) da receita bruta anual de todas as pequenas centrais hidrelétricas denominadas de PCHs.

GRAMIN
Dep. DR. BATISTA

Dep. NELSON MURSEN

Dep. NEY LEPREVOST

Dep. Chaido
Dep. Chaido

DEPUTADO AUGUSTINHO ZUCCHI

Dep. Alexandre CURI



**Emenda Aditiva ao PL
nº119/2012**

Súmula: Altera o art. 14, conforme
especifica.

"Art. 14. Fica acrescido o § 3º ao art. 2º da Lei nº 12.945, de 05 de setembro de 2000, com a seguinte redação:

Art. 2º...

§3º ...

XI-1% (um por cento) do valor final, através da tarifa bruta da água e esgoto, arrecadado pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para fins de pagamento por serviços ambientais, a ser recolhido ao final de cada exercício financeiro;

XII-1% (um por cento) do valor final arrecadado, através da tarifa bruta da energia elétrica, arrecadado pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, para fins de pagamento por serviços ambientais, a ser recolhido ao final de cada exercício financeiro;

XIII-Os valores arrecadados, através do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens e Direitos - ITCMD, no âmbito do Estado do Paraná, serão destinados, integralmente, para o Fundo Estadual de Meio Ambiente para o fim específico de pagamento por serviços ambientais".

Sala das Sessões, ... abril de 2012

(Dr. Barilich)

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL

(Luciana)

(Elton)

(Bier)

(Edson Pracnik)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA

A degradação do meio ambiente ocorre única e exclusivamente para a captação de recursos financeiros. Se há remuneração para a degradar é preciso pagar para se preservar.

O Projeto de Lei que ora se aprecia nesta Assembleia Legislativa é lógico e uma alternativa para a possível permanência da natureza na forma como se concebeu.

Todavia, é necessário que se garantam recursos plausíveis e concretos para que se efetuem os pagamentos para a conservação.

Desta forma, apresento Emenda ao Projeto de Lei nº 119/2012, prevendo que a SANEPAR e a COPEL, recolham, efetivamente, 1% (um por cento) do valor arrecado das tarifas da água e da energia.

A Emenda também prevê que os valores recolhidos pelo Estado do Paraná, por força do fato gerador, o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer Bens e Direitos - ITCMD, seja integralmente recolhido ao Fundo Estadual de Meio Ambiente.

Por todo o exposto, peço o apoio e a aprovação das medidas por todos os Nobres Deputados.

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

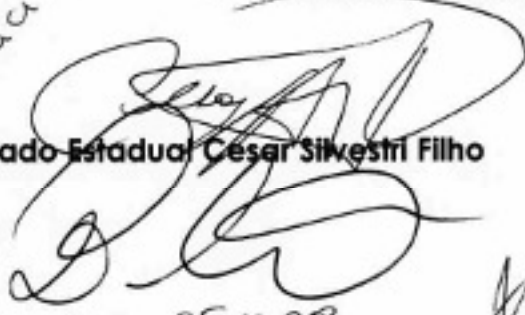
EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 119/2012

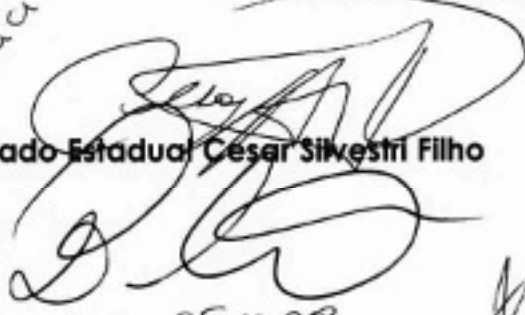
De acordo com o que determina os artigos 137, §3º e 141, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, acresce o art. 18 e renumera o atual art. 18 para art. 19 passando a contar com a seguinte redação:


Art.18. Os Municípios poderão adotar as diretrizes estabelecidas nesta lei para os imóveis urbanos localizados nos seus respectivos territórios.

Art. 19. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Sala das Sessões, 18 de abril de 2012.



Deputado Estadual César Silvestri Filho


Dep. OSMAR BERTOLDI


Dep. CAIO QUINTANA


Dep. EVANDRO JR.


Dep. RASCA


Dep. ROSSONI



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ÀS EMENDAS MODIFICATIVAS E ADITIVA DE PLÊNARIO AO PROJETO
DE LEI Nº 119/11

Projeto de Lei nº 119/12

Autores da emenda nº 01 – Deps. Reni Perelra, Plauto Miró, Pedro Lupion, Pastor Edson Praczyk, Bernardo Carli, Luiz Eduardo Chelda e Elio Rusch.

Autor da emenda nº 02 – Dep. Marcelo Rangel

Autor da emenda nº 03 – Dep. Luiz Eduardo Chelda

Autor da emenda nº 04 – Dep. Augustinho Zucchi

Autor da emenda nº 05 – Dep. Luiz Eduardo Chelda

Autor da emenda nº 06 – Dep. Cesar Silvestri Filho

Súmula: Institui o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o biocrédito, e dá outras providências.

EMENTA: OBJETIVA MODIFICAR E INCLUIR DISPOSITIVOS DO PROJETO DE LEI 119/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 29, 33, 137, 138 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DAS SUBEMENDAS EM ANEXO.

REGIME DE URGÊNCIA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por escopo instituir o pagamento por serviços ambientais, em especial os prestados pela conservação da biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispor sobre o biocrédito, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Ademar Traiano.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emendas Modificativas e Aditivas, de autoria dos Deputados Estaduais Reni Pereira, Plauto Miró, Pedro Lupion, Pastor Edson Praczyk, Bernardo Carli, Elio Rusch, Marcelo Rangel, Luiz Eduardo Cheida, Augustinho Zucchi e Cesar Silvestri Filho. Por esta razão é que as referidas Emendas submetem-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

I – Emendas de Plenário 01 e 03

A Emenda Modificativa de Plenário nº 01, de autoria dos Deputados Reni Pereira, Plauto Miró, Pedro Lupion, Pastor Edson Praczyk, Bernardo Carli, Luiz Eduardo Cheida e Elio Rusch, visa modificar o art. 6º do projeto de lei ora em tela.

Enquanto a Emenda Modificativa de Plenário nº 03, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, visa modificar a redação do parágrafo único do art. 8º do presente projeto de lei.

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as presentes emendas foram propostas no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiadas por cinco Deputados.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa, vide §4º deste mesmo artigo, aquela proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que as presentes emendas estão perfeitamente coerentes com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperarem.

Por fim, inexistem óbices quanto à técnica legislativa, disciplinada pela Lei Complementar Federal nº 95/98.

II – Emendas de Plenário 02, 04, 05 e 06

A Emenda Aditiva de Plenário nº 02, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, visa incluir o §1º ao artigo 9º, do projeto de lei ora em análise.

Ainda, a Emenda Aditiva de Plenário nº 04, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, visa acrescentar o inciso XI ao art. 14.

Já a Emenda Aditiva de Plenário nº 05, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, visa alterar o art. 14 desta proposição.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por outro lado, a Emenda de Plenário nº 06, de autoria do Deputado Cesar Silvestri Filho, visa acrescentar o artigo 18 e renumerar o atual artigo 18 para art. 19 do presente projeto de lei.

Verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as presentes emendas foram propostas no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiadas por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva, vide § 4º deste mesmo artigo, aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que as presentes emendas estão perfeitamente coerentes com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperarem.

Porém, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa para as Emendas de Plenário nº 02 e 04, foram propostas subemendas (anexas a este parecer), nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembleia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas, (grifos nossos).

Conforme exposto, opina-se pela aprovação das emendas analisadas, com as alterações propostas nas subemendas em anexo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** das Emendas de Plenário nº 01, 03, 05 e 06 e a **APROVAÇÃO**, das Emendas de Plenário nº 02 e 04, **NA FORMA DAS SUBEMENDAS EM ANEXO**.

Sala das Comissões, em 24 abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO

RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


SUBEMENDA A EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 119/2012




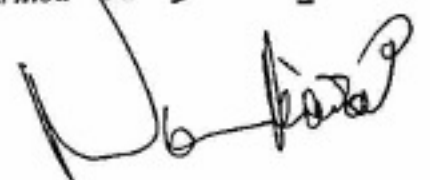
Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, inciso II, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Aditiva de Plenário nº 02 de autoria do Deputado Marcelo Rangel que passa a vigorar com a seguinte redação:

Fica acrescido o § 1º ao art. 9, do Projeto de Lei 119/2012, sendo renumerado o parágrafo único como § 2º:

"§ 1º O enriquecimento da Floresta Ombrófila Mista com espécimes de *araucaria augustifolia* poderá ser objeto para determinação do valor do Pagamento de Serviços Ambientais - PSA, devido a importância da sua conservação para o Estado."

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2012.


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SUBEMENDA A EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 04 AO PROJETO DE LEI Nº 119/2012

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, inciso II do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Aditiva de Plenário nº 04 de autoria do Deputado Augustinho Zucchi que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica alterado o art. 14 do Projeto de Lei nº 119/2012, que passa a contar com a seguinte redação:

"Art. 14. Fica acrescido o §3º ao artigo 2º da Lei nº 12.945, de 05 de setembro de 2000, com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

§3º - O Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA manterá conta específica destinada ao BIOCRÉDITO, composta pelos seguintes recursos públicos:

- I - dotações orçamentárias e demais recursos oriundos de receitas públicas;
- II - transferências, doações, legados e congêneres, realizadas por entidades nacionais e agências bilaterais ou multilaterais de cooperação internacional ou, conforme o Regulamento, de quaisquer outras pessoas físicas e jurídicas;
- III - rendimentos que venham a auferir como remuneração decorrente da aplicação financeira;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

IV – recursos decorrentes de acordos, convênios, parcerias, ajustes e contratos firmados com órgãos públicos e entidades privadas e do terceiro setor, nacionais, estrangeiras ou internacionais e agências de cooperação internacional, bilaterais ou multilaterais;

V – créditos de carbono do mercado regulado ou do mercado voluntário;

VI – recursos decorrentes da cobrança de inscrição no Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais;

VII – recursos oriundos de fundos destinados à conservação da biodiversidade, da sadia qualidade de vida, da sustentabilidade e dos recursos naturais e de mudanças climáticas;

VIII – recursos decorrentes da utilização com fins econômicos dos recursos naturais, com base no princípio do usuário-pagador, a ser fixado em todos os procedimentos de licenciamento ambiental, inclusive naqueles onde não for exigido estudo prévio de impacto ambiental;

IX – recursos decorrentes do controle da poluição veicular;

X – quaisquer outras fontes de recursos relacionados à conservação da biodiversidade, mudanças climáticas, recursos hídricos e utilização dos recursos naturais, inclusive de compensações ambientais que não tenham destinação específica prevista em Lei;

XI – 1% (um por cento) da receita bruta anual de todas as pequenas centrais hidrelétricas denominadas de PCHs."

Sala das Comissões, em 24 de abril de 2012.

DEPUTADO ADEMAR TRAJANO
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI N.º 135/2012

Súmula: Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

Art. 1.º As entidades civis de direito privado sem fins lucrativos poderão funcionar como administradoras de estabelecimentos penais.

Art. 2.º Compete às entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, que tenham firmado convênio com o Estado do Paraná, com os Municípios ou consórcios públicos:

- I – gerenciar os regimes de cumprimento de pena dos estabelecimentos que administrarem, nos termos definidos em convênio;
- II – responsabilizar-se pelo controle, pela vigilância e pela conservação do imóvel, dos equipamentos e do mobiliário do estabelecimento;
- III – solicitar apoio policial para a segurança externa do estabelecimento, quando necessário;
- IV – apresentar aos Poderes Executivo e Judiciário relatórios mensais sobre o movimento de condenados e informar-lhes, de imediato, da chegada de novos internos e da ocorrência de liberações;
- V – prestar contas mensalmente dos recursos recebidos na forma da lei e, inclusive, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- VI – acatar a supervisão do Poder Executivo, proporcionando-lhe todos os meios para o acompanhamento e a avaliação da execução do convênio.

Art. 3.º Incumbe à diretoria do estabelecimento de cumprimento de penas, administrada por entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, atribuições assemelhadas às previstas na Lei de Execução Penal para os Diretores de Estabelecimento Penal.

Art. 4.º O Governo do Estado, os Municípios ou consórcios públicos, poderão, inclusive, sem prejuízo das demais entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, firmar convênio com as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs – para a administração de estabelecimentos penais, ouvido o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná.

Art. 5.º As Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs deverão observar as seguintes condições para firmar convênio com o Governo do Estado, Municípios ou Consórcios municipais:

- I – ser entidade civil de direito privado sem fins lucrativos;
- II – adotar o trabalho voluntário nas atividades desenvolvidas, utilizando trabalho remunerado apenas em atividades administrativas, se necessário;
- III – ter suas ações coordenadas pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, pelo Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Conselho da Comunidade;
- IV – ser filiada à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados e observar a metodologia APAC, destinada à recuperação de condenados à pena privativa de liberdade.

Art. 6.º Serão definidos no convênio entre o Governo do Estado ou Municípios ou Consórcios públicos e as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, inclusive as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs:

- I – os termos de contratação de pessoal;
- II – as condições para a administração dos estabelecimentos de cumprimento de pena privativa de liberdade no Estado, observadas as peculiaridades de cada uma e a legislação vigente;
- III – a inclusão dos apenados em programas de escolarização e de inserção no mercado de trabalho.

Art. 7.º As entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, inclusive as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs, conveniadas com o Estado, Municípios ou Consórcios públicos, deverão cumprir o determinado nesta Lei.

Art. 8.º As Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs poderão receber recursos de doações, auxílios, legados e contribuições de organismos ou entidades nacionais e internacionais, pessoas físicas ou jurídicas nacionais ou estrangeiras, inclusive de fundos públicos ou privados.

Art. 9.º Na execução dos convênios a que se refere o art. 6.º, caberá ao Poder Executivo estadual, municipal, ou aos Consórcios públicos:

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de março de 2012
OF CEE/G 082/12

1 - À DAP para leitura no expediente

II – A D L para providências.

Em. 03/04/2012

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

Atenciosamente,


CARLOS ALBERTO RICH

CARLOS ALBERTO RICHARDSON
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

CEENSRGVFJLI



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de março de 2012
OF CEE/G 082/12

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR

MENSAGEM N.º 11/12

Curitiba, 30 de março de 2012

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

Entre as competências das entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, que tenham firmado convênio com o Estado do Paraná, com os Municípios ou consórcios públicos, destacam-se os seguintes pontos:

- gerenciar os regimes de cumprimento de pena dos estabelecimentos que administrarem, nos termos definidos em convênio;
- responsabilizar-se pelo controle, pela vigilância e pela conservação do imóvel, dos equipamentos e do mobiliário do estabelecimento;
- solicitar apoio policial para a segurança externa do estabelecimento, quando necessário;
- apresentar aos Poderes Executivo e Judiciário relatórios mensais sobre o movimento de condenados e informar-lhes, de imediato, da chegada de novos internos e da ocorrência de liberações;
- prestar contas mensalmente dos recursos recebidos na forma da lei e, inclusive, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- acatar a supervisão do Poder Executivo, proporcionando-lhe todos os meios para o acompanhamento e a avaliação da execução do convênio.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA – PR



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Sendo assim, diante de tais benesses, encaminho o Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 135/2012

Projeto de Lei nº. 135/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 011/12

Súmula: Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

EMENTA: CONVÊNIO ENTRE O GOVERNO DO ESTADO E ENTIDADES CIVIS DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS E ASSOCIAÇÕES DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS - APACs. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 13; 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu art. 65, estabelece que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido projeto de lei.

Já, com relação à competência, é importante destacar que a Constituição do Estado do Paraná determina como competência concorrente entre o Estado e a União legislar sobre direito penitenciário, conforme segue:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico; (grifos nossos).

Ademais, o referido assunto (autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs) aborda **tema de competência privativa do Governador do Estado**, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;
- II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva;
- III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;
- IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública,
(grifos nossos)

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado estabelece:

- Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
- (...)
 - III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;
 - (...)
 - VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Ressalte-se que não há relativização do *jus puniendi* estatal, tendo em vista que não há transferência da função jurisdicional



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

para as entidades privadas, mas apenas o repasse de algumas funções materiais da execução da pena. Ou seja, não há transferência de poderes públicos, mas apenas a utilização de um agente material.


Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal nº. 95/98, o projeto de lei não apresenta nenhum óbice.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,

de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

REGIME DE URGÊNCIA





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 03 ABR. 2012

1º Secretário

Adiada a discussão, na forma
do Regimento interno.

Em, 03 ABR. 2012

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a tramitação e votação dos Projetos de Lei 134/12 e 135/12, oriundos das Mensagens Governamentais nº 010 e 011/12 respectivamente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei 134/12, oriundo da Mensagem nº 010/12, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com Associações de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários e Dependentes de Drogas – APAD's e do Projeto de Lei 135/12, oriundo da Mensagem nº 011/12, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC's.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2012.

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 04 ABR. 2012

1º Secretário

Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

Anota-se e
circula-se e
põe-se em
de referência a demais



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Finanças

PARECER

Projeto de Lei nº 135/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 011/12

Súmula: Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e associações de proteção e assistência aos condenados – APACs.

O Projeto de Lei em análise, de iniciativa do Poder Executivo, tem como escopo autorizar que as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos possam, através de convênios com o Governo do Estado, funcionar como administradoras de estabelecimentos penais no âmbito do Estado do Paraná.

Distribuído a esta Comissão para que, nos termos do art. 33-B, do Regimento Interno desta Assembléia, manifeste sua análise sobre o mérito da proposição, especificamente no tocante ao impacto financeiro à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal, esta relatoria conclui que, tendo em vista que o projeto em tela prevê que as entidades afetadas são de natureza exclusivamente privada, e sem fins lucrativos, evidente a inexistência de impacto financeiro-orçamentário ao Estado, respeitando-se integralmente os termos do art. 16 da Lei Complementar 101/00.

Dessa forma, identificado o fiel enquadramento da proposição às disposições concernentes à Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela **APROVAÇÃO** do projeto em tela.


DEP. ADEMIR BIER
PRESIDENTE

Sala das Comissões, em

11/04/12

DEP. ELIO RUSCH
RELATOR

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI nº 135/12

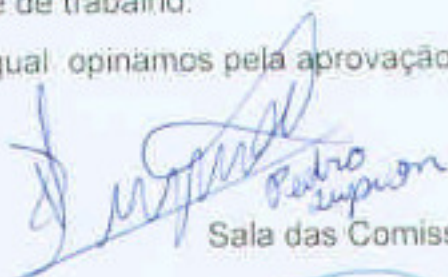
O referido **Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 011/12**, autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e associações de proteção e assistência aos condenados – APACs.

Vencido a questão de constitucionalidade da presente matéria, bem como, observando atentamente o parecer exarado pela da Comissão de Finanças dessa Casa de Leis, vemos que não há óbice quanto a sua tramitação, bem como, aprovação, visto o projeto em tela ter como escopo a gestão da execução penal no Paraná.


Salienta-se que não há transferência da função jurisdicional para as entidades privadas, mas apenas a delegação de algumas funções materiais de execução da pena.

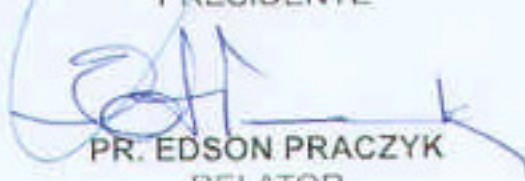
É meritório e necessário a implementação desse Projeto, pois dentre as inúmeras políticas elencadas no texto originário, destaca-se a política de inclusão da escolarização e de inserção dos apenados ao mercado de trabalho. Certamente haverá, em médio e longo prazo, considerável diminuição dos índices de reincidência criminal, pelo fato de propiciar aos presos um leque maior de alternativas para a obtenção de uma nova oportunidade de trabalho.

Razão pela qual, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei.


Pedro Supian

Sala das Comissões, em 16/04/2012


TADEU VENERI
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR


Arnaldo Terno



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Segurança Pública

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 135/2012

Projeto de Lei nº. 135/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 011/12

Súmula: Autoriza o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs.

Entre as competências das entidades civis de direito privado sem fins lucrativos, que tenham firmado convênio com o Estado do Paraná, com os Municípios ou consórcios públicos, destacam-se os seguintes pontos:

1. Gerenciar os regimes de cumprimento de pena dos estabelecimentos que administrarem, nos termos definidos em convênio;
2. Responsabilizar-se pelo controle, pela vigilância e pela conservação do imóvel, dos equipamentos e do mobiliário do estabelecimento;
3. Solicitar apoio policial para a segurança externa do estabelecimento, quando necessário;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Segurança Pública

4. Apresentar aos Poderes Executivo e Judiciário relatórios mensais sobre o movimento de condenados e informá-los, de imediato, da chegada de novos internos e da ocorrência de liberações;
5. Prestar contas mensalmente dos recursos recebidos na forma da lei e, inclusive, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
6. Acatar a supervisão do Poder Executivo, proporcionando-lhe todos os meios para o acompanhamento e a avaliação da execução do convênio.

Sem dúvidas o projeto trará grandes contribuições ao Paraná, tendo em vista que o sistema proposto traz grandes avanços para a administração do sistema penitenciário paranaense.

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2012.

Handwritten signature
Kielse

Handwritten signature
PRESIDENTE
Handwritten signature
RELATOR
Elio Rusch

Handwritten signature
Filipe

Handwritten signature
Gilberto
Rubino



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

EMENDA ADITIVA

EMENTA: Acresce o artigo 7º ao PL 135/2012 de autoria do Poder legislativo, e renumera os artigos subsequentes, conforme especifica.

Art. 7º Serão objeto de convênio entre o Estado e as APACs as unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade que se destinem:

I - a condenados em regime fechado, semi-aberto e aberto, com sentença transitada em julgado, preferencialmente, na comarca;

II - a condenados, cujas famílias, preferencialmente, residam na comarca;

III - a condenados que tenham praticado crime no âmbito da comarca.

Parágrafo único - Não será admitido, nas unidades de cumprimento de pena privativa de liberdade de que trata este artigo, o recebimento de outros condenados do Estado, salvo com a expressa concordância do diretor da unidade e do Juízo da Execução Criminal, ouvido o Ministério Público.

Art. 8º

Art. 9º

Art. 10

Art. 11 e

Art. 12

Plenário das Sessões, 18 de abril de 2012.

Dep.^a Luciana Rafagnin

Dep. Enio Verri

Dep. Péricles de H. Mello

Dep. Toninho Wandsheer

Dep. Elton Welter

Dep. Tadeu Veneri

Dep. Professor Lemos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA:

A proposta original das APACs é de que se trabalhe com os presos da própria comarca, pois facilita a visita dos familiares, e permite que a APAC acompanhe os familiares dos presos, envolvendo-as no processo de recuperação. A participação e envolvimento da família é fundamental para o êxito da metodologia APAC.

A APAC busca recuperar os presos como também seus familiares (acompanhamento dos filhos dos presos na escola, alimentação dos familiares, palestras para os familiares sobre variados temas, etc). O Atendimento à família do preso, bem como a participação da comunidade fazem parte dos doze elementos fundamentais do método APAC. Portanto, é imprescindível o acréscimo do artigo supra no Projeto de Lei, para que se preserve o caráter e a configuração das APACs, assim como ocorre na Lei do Estado de Minas Gerais, que tornou-se referência para o Brasil, na aplicação da metodologia.

Diante do exposto, apresentamos a emenda supra, por considerá-la necessária na manutenção das características da metodologia APAC, tão positivamente avaliada em todo o Brasil e muito bem vinda ao nosso Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Parlamentar

EMENDA ADITIVA

SÚMULA: Acresce ao art. 7º da PL 135/2012, parágrafo único, com a seguinte redação:

Acrescente-se ao art. 7º da PL 135/2012, parágrafo único, a seguinte redação:

Art. 7º: -

§ Único – O não cumprimento das condições previstas nesta Lei, acarretará no imediato cancelamento do convênio, sem prejuízo de outras imposições legais.

JUSTIFICATIVA

Não há sentido na disposição do “caput” sem a imposição de uma penalidade.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2012.

DEP. DR. BATISTA

DEP. ADENIR VIER

RENI PEREIRA
Deputado Estadual

DEP. PASTOR EDSON

DEP. FRANCISCO BÜHRER

DEP. RASCIA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA ADITIVA 02 AO PROJETO DE LEI Nº 135/12

Projeto de Lei nº 135/12

Autor da emenda: Deputado Reni Pereira.

Súmula: Acresce ao artigo 7º do Projeto de Lei 135/2012, parágrafo único, com a seguinte redação.

EMENTA: ACRESCE PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 7º. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137, E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Ademar Traiano.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Aditiva 02, de autoria do Deputado Reni Pereira. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná 5

REGIME DE URGÊNCIA



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade de se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

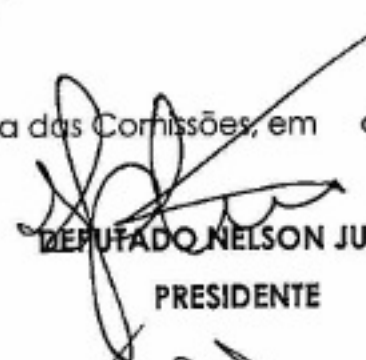
§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

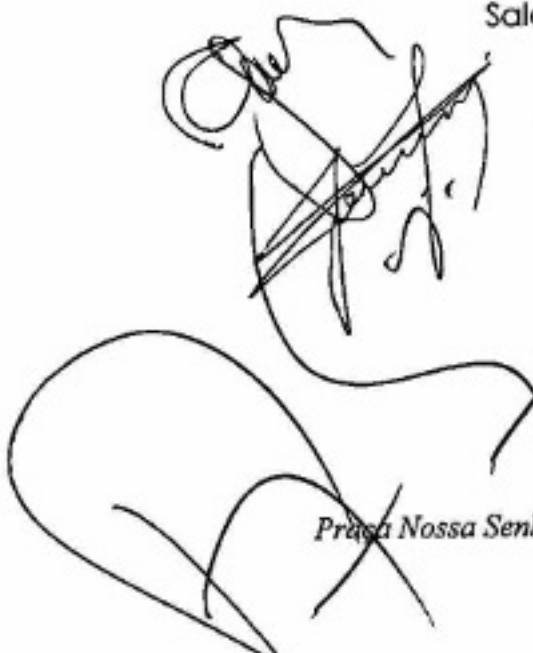
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Aditiva nº 02.

Sala das Comissões, em de Abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR


Prça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À EMENDA ADITIVA 01 AO PROJETO DE LEI Nº 135/12

Projeto de Lei nº 135/12

Autor da emenda: Bancada do Partido dos Trabalhadores - PT

Súmula: Acresce o artigo 7º ao Projeto de Lei 135/2012 de autoria o Poder Legislativo e renumera os artigos subsequentes, conforme especifica.

EMENTA: ACRESCE O ARTIGO 7º DO PROJETO DE LEI Nº 135/12. RENUMERA OS ARTIGOS SUBSEQUENTES. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137, E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA SUBEMENDA.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo autorizar o Governo do Estado a firmar convênio com as entidades civis de direito privado sem fins lucrativos e Associações de Proteção e Assistência aos Condenados – APACs, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Ademar Traiano.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Aditiva, de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste
Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como aditiva aquela proposição que se acrescenta à outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifo nosso).

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Todavia, com o intuito de aperfeiçoar a redação da emenda original, propõe-se a subemenda em anexo, a qual substitui a inclusão do art. 7º pela inclusão do inciso VII ao art. 2º do projeto em análise.

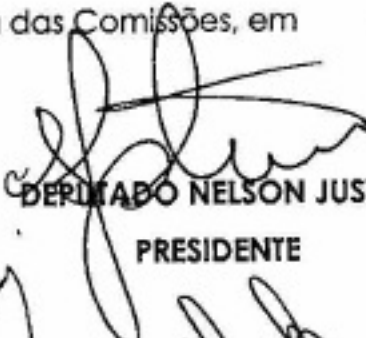



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Aditiva proposta pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, na forma da subemenda em anexo.

Sala das Comissões, em de Abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAJANO
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

SUBEMENDA À EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01

Com fulcro no que autorizam os artigos 138 e 141, inciso II, do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Subemenda, a qual visa alterar a Emenda Aditiva de Plenário nº 01, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Fica acrescido o Inciso VII ao art. 2º, do Projeto de Lei 135/2012, com a seguinte redação:

VII – Priorizar o trabalho voluntário, bem como a cooperação da comunidade e da família do condenado nas atividades da execução da pena.

Sala das Comissões, em de abril de 2012.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR

REGIME DE URGÊNCIA